

## **Ao Grupo Técnico de Educação do Gabinete de Transição Governamental**

**A/C Sr. José Henrique Paim Fernandes**

### **Educação Especial**

A Associação Brasileira de Educação Especial (ABPEE), criada em 1993, tem atuado em várias frentes na produção científica e na avaliação de políticas de Educação Especial numa perspectiva inclusiva. Abaixo, apresentamos diretrizes, em dois eixos - Políticas educacionais e políticas intersetoriais-, que entendemos necessárias para a continuidade da garantia dos direitos sociais e educacionais da população atendida pela Educação Especial, interrompida na última gestão federal.

#### **Para a política educacional**

- 1) Revogação do Decreto 10.502/2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida;
- 2) Consideração da escola pública como foco central para a Política de Educação Especial numa perspectiva inclusiva, com garantia de recursos materiais e humanos para as adequações necessárias à escolarização e ao atendimento educacional especializado dos alunos público da Educação Especial;
- 3) Continuidade das salas de aulas comuns das escolas regulares como lócus para a escolarização de todos os estudantes;
- 4) Manutenção das salas de recursos como espaço privilegiado para o atendimento educacional especializado complementar e suplementar;
- 5) Criação e implantação de outras formas de atendimento educacional especializado, disponíveis na escola comum, para atender adequadamente todas as especificidades dessa população;
- 6) Efetivação de políticas de fomento para formação continuada e inicial de professores;
- 7) Financiamento de pesquisas que contribuam para a efetivação do direito à educação dos alunos atendimentos pela Educação Especial;
- 8) Garantia de contratação de profissionais da educação/educação especial para apoio e suporte à inclusão educacional na educação básica e superior;
- 9) Realização de uma avaliação dos desafios e progressos vivenciados pelas Universidades Federais com a reserva de vagas para pessoas com deficiências;

- 10) Revisão da incorporação dos recursos do Programa Incluir da Educação Superior atualmente integrantes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

**Para políticas intersetoriais:**

- Regulamentação da proposta de avaliação da deficiência considerando a funcionalidade prevista na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) focando na Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF);
- Fomento das políticas intersetoriais (principalmente envolvendo a saúde, a assistência social e a educação) para atendimento integral da pessoa com deficiência;
- Fortalecimento dos Conselhos representativos;
- Revisão do Decreto nº 10.177/2019, que alterou a constituição da CONADE;
- Revisão da extinção de cargos de profissionais de acessibilidade no serviço público federal (por exemplo, intérprete de Libras nas Universidades);
- Regulamentação dos dispositivos da Lei Brasileira de Inclusão;
- Retomada das conferências municipais, intermunicipais, estaduais e nacionais, com a participação de entidades científicas e outros representantes da sociedade civil, como familiares e pessoas com deficiência, para a criação de uma agenda que permita a formulação de políticas públicas.

Documento elaborado pela diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (gestão 2021-2023), com apoio das seguintes entidades:

**Apoiam esta nota:**

Associação Brasileira de Alfabetização - ABALF

Associação Brasileira de Antropologia - ABA

Associação Brasileira de Currículo - ABdC

Associação Brasileira de Educação Musical - ABEM

Associação Brasileira de Ensino de Biologia - SBEnBio

Associação Brasileira de Ensino de História - ABEH

Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo - ABEJ

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS

Associação Brasileira de Literatura Comparada - ABRALIC

Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em ciências ABRAPEC

Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas - ABRAPCORP

Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho-- SBPOT

Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO

Associação Brasileira dos Professores de Italiano - ABPI

Associação de Linguística Aplicada do Brasil - ALAB

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música - ANPPOM

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia - ANPEPP

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - ANPTUR

Associação Nacional de Política e Administração da Educação- ANPAE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE

Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES

Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes - FCHASSALLA

Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais dos Programas Pibid e Residência Pedagógica - Forpibid-RP

Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras - FORUMDIR

Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio

Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos - SBEC

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - INTERCOM

Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS